

RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.246 - ES (2017/0013786-4)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**
RECORRIDO : **JOSE MURILO COUTINHO**
RECORRIDO : **MARIA DE FATIMA COUTINHO GIANORDOLI**
RECORRIDO : **RITA DE CASSIA COUTINHO BATTISTI**
ADVOGADO : **FÁBIO SIQUEIRA MACHADO E OUTRO(S) - ES010517**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES. DNPM. IBAMA. PATRIMÔNIO DA UNIÃO. ARTIGOS 176 E 225 DA CF. CÓDIGO DE MINERAÇÃO. LEI Nº 6.938/81. RESOLUÇÃO Nº 237/97 DO CONAMA.

- Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, visando à paralisação das atividades de extração de argila desenvolvidas na propriedade do demandado, localizada no Distrito de Praia Grande, Município de Fundão/ES, sem autorização dos órgãos competentes, causando evidente degradação ambiental à região apontada.

- As atividades de mineração submetem-se às disposições contidas no § 1º do artigo 176, e no § 1º, inciso IV, do artigo 225 da Constituição Federal.

- A nível infraconstitucional, a extração mineral é regulada pelo Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967), com as modificações perpetradas pela Lei nº 7.805/89, que exige a autorização Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para execução dessa atividade, além do respectivo licenciamento ambiental.

- O ordenamento jurídico pátrio estabelece sanções àqueles que exercem atividade minerária sem a outorga do poder público. Leis 7.805/89 e Decreto nº 6.514/2008.

- Em questões ambientais prevalece a regra da responsabilidade objetiva dos causadores de danos ambientais, na dicção dos §§ 2º e 3º

do artigo 225 da Constituição Federal, e do §1 do artigo 14 da Lei nº 6.938/81. Nesse caso, incabível a denúncia à lide.

- Com relação ao perdimento do produto mineral referente ao seu respectivo período de atuação sem concessão de lavra, ou seu equivalente monetário, o MPF não trouxe qualquer elemento jurídico (causa de pedir específica) ou fático (provas) que pudesse viabilizar tal condenação.

- A condenação do Réu à reparação dos danos ambientais causados, mediante o plantio de 555 mudas nativas na área em questão, conforme sugerido pelos técnicos do IBAMA, revela-se suficiente e proporcional para desestimular condutas idênticas por parte do mesmo, sendo desnecessário o perdimento da máquina apreendida.

- Aplicada multa administrativamente, como dá conta o AI nº 425942, constante no PA em apenso, a aplicação de nova multa consubstanciaria bis in idem.

- Recursos não providos. Remessa de ofício prejudicada. Sentença confirmada" (fl. 195e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 205/207e), os quais restaram acolhidos, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.

1. Não se vislumbra o cerceamento de defesa pelo indeferimento da prova testemunhal na hipótese, eis que dispensável para a solução da lide, na medida em que, sendo o réu o proprietário das terras nas quais foi efetivada a extração irregular de argila, sem licenciamento ambiental, deve o mesmo responder pelos danos causados ao meio ambiente em razão da prática da atividade indevida, em razão da natureza propter rem de tal obrigação, nos termos do art. 225, caput, da CRFB/88.

2. Embargos de declaração parcialmente providos" (fl. 246e).

Opostos Embargos de Declaração pelo IBAMA (fls. 250/251e), foram rejeitados, por acórdão resumido nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO.

1. Regularizada a representação processual do réu, que faleceu no curso do processo, antes do julgamento dos embargos de declaração

por ele interpostos, o recurso não padece de qualquer vício capaz de inquinar a sua validade. Ademais, excepcionalmente, o art. 37 do CPC autoriza que o advogado que não esteja regularmente constituído nos autos intervenha no feito para a prática de atos urgentes, como é o caso da interposição de embargos de declaração, desde que, posteriormente, regularize a sua condição, tal como ocorreu no presente processo.

2. Embargos de declaração providos" (fl. 258e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. **21, parágrafo único, da Lei 7.805/89, 25, § 4º e 72, IV, § 6º, da Lei 9.605/98, 14, § 1º, da Lei 6.938/81 e 37 do CPC/73**, sustentando que "o Espólio de Horaldo Fundão Coutinho apresentou embargos de declaração no dia 31 de janeiro de 2011, sem, contudo, apresentar procuração para atuar no feito", sendo que o falecimento ocorreu em 13/09/2009 (fls. 263/264e). No mérito, aduz que "a prova da infração deve ser tida como certa, especialmente diante do princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos. Defende, ainda, a validade e o cabimento das penalidades aplicadas.

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões a fls. 275/278e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 282e).

A irresignação não merece prosperar.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, em caso de morte de uma das partes, o feito deve ser **suspenso até que seja realizado o procedimento de habilitação**. Desse modo, ao permitir a regularização processual, **que restou devidamente atendida** pela parte interessada, o Tribunal de origem está em conformidade com o entendimento mencionado.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ÓBITO DA EXEQUENTE. EXTINÇÃO DO MANDATO. SUCESSORES. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO POR ADVOGADO QUE NÃO POSSUI PROCURAÇÃO NOS AUTOS, AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE E CAPACIDADE POSTULATÓRIA.

1. Não se pode conhecer da alegada vulneração do art. 1.022 do CPC/2015, pois, nas razões do especial, a parte recorrente deduz argumentação genérica de que as questões postas nos Aclaratórios interpostos na origem não foram respondidas, sem expor, de forma

clara e específica, quais pontos seriam esses e qual a relevância para solução da controvérsia. Incidência da Súmula 284/STF.

2. Hipótese em que o Tribunal a quo não conheceu do recurso de Apelação, tendo em vista que **o signatário da petição não possui procuração nos autos outorgada por eventuais herdeiros.**

3. O Código de Processo Civil/1973 estabelece, em seus artigos 43, 265, I, e 1.055 (arts. 110, 313, I, e 687 do CPC/2015), que, em caso de morte de qualquer das partes, deve o feito ser suspenso até a efetiva substituição pelo respectivo espólio ou sucessores, através de procedimento de habilitação.

4. Por sua vez, o artigo 682, II, do Código Civil dispõe que, com a morte do mandante extingue-se o mandato, carecendo, assim, o requerente de legitimidade e de capacidade postulatória.

5. Com efeito, é inexistente o recurso de Apelação interposto por advogado sem procuração nos autos. Inteligência do parágrafo único, do artigo 37 do CPC/1973 (art. 104 do CPC/2015).

6. Como é cediço, a existência da pessoa natural, nos termos do artigo 6º do Código Civil, termina com a morte, fazendo cessar a aptidão para ser parte de relação processual. Assim, com o falecimento de Amenaide Carvalho dos Santos, seu advogado não poderia ter desafiado o recurso de Apelação, porque não mais detinha poderes, já que o mandato é contrato personalíssimo e tem como uma de suas causas extintivas, nos termos do inciso II, do artigo 682 do CC, o óbito do mandatário.

7. O entendimento adotado pelo acórdão recorrido está em conformidade com a orientação jurisprudencial do STJ, segundo a qual o falecimento da parte extingue, de imediato, o mandato outorgado ao advogado. Revela-se, assim, a nulidade da interposição do recurso de Apelação, porquanto promovida em nome de pessoa inexistente e por procurador sem mandato.

8. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.760.155/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 11/03/2019).

Registre-se, ainda, que o acórdão que julgou os Embargos de Declaração de fls. 205/207e, apenas esclareceu omissão, sem efeitos modificativos, inexistindo prejuízo efetivo ao ora recorrente, a ensejar o reconhecimento da nulidade pretendida.

Em relação à prova do cometimento da infração e às penalidades aplicadas, o Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, consignou que:

"Nesse passo, no caso de degradação ambiental, configurada por alteração adversa das características do meio ambiente, prevêem as Leis 6.938/81 e 9.605/98 a obrigação do poluidor recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, além da aplicação de multa.

(...)

No caso em debate, infere-se dos documentos adunados aos autos, notadamente os relatórios de vistorias realizadas no local por técnicos do IEMA, IBAMA e DNPM, no decorrer de 2007 e 2008, que a exploração de recursos minerais (extração de argila) de forma clandestina, na propriedade do demandado, causou evidente degradação ambiental à região apontada na inicial.

Nesse panorama, o Ilustre Magistrado sentenciante equacionou com absoluta propriedade a questão, inclusive ao rejeitar os demais pleitos formulados pelo Parquet

federal, consistentes no perdimento do produto mineral e da máquina apreendida, além do pagamento de multa, cujos fundamentos seguem transcritos (fls.97/105):

'Com efeito, com relação ao perdimento do produto mineral referente ao seu respectivo período de atuação sem concessão de lavra, ou seu equivalente monetário, o MPF não trouxe qualquer elemento jurídico (causa de pedir específica) ou fático (provas) que pudesse viabilizar tal condenação.

Quanto ao perdimento da máquina apreendida, entendo que a condenação à reparação do dano aqui determinada já se revela suficiente e proporcional para desestimular condutas idênticas por parte do demandado.¹

Além disso, o Decreto nº 6.514/2008, que regulamenta a aplicação de as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, contém previsão que, para mim, reflete a inteligência que deve ser aplicada no caso, em especial por se tratar de maquinário de outrem, e não do próprio réu. Se não, vejamos:

(...)

Por fim, no que diz respeito à multa, como a mesma já foi aplicada administrativamente, como dá conta o AI nº 425942 constante no PA em apenso, entendo que aplicá-la também aqui consubstanciaria bis in idem, motivo pelo qual rejeito também este pedido" (fls. 190/191e).

Nesse contexto, considerando a fundamentação do acórdão objeto do

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial, os argumentos utilizados pela parte recorrente somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o necessário reexame de matéria fática, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa, reavaliar o conjunto probatório dos autos, em conformidade com a Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora